



Azeredo tenta preservar incentivos à cultura em leis estaduais

Senador pretende evitar que reforma tributária inviabilize mecanismos de apoio às atividades culturais.

Página 8

Empréstimo do Banco Mundial deve ser analisado pela CAE

Página 3

CPI do Banestado realiza três reuniões nesta semana

Técnicos são chamados a detalhar o esquema de utilização de contas CC-5 para evasão de divisas.

Página 2



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.734 - Brasília, terça-feira, 8 de julho de 2003

TENSÃO NO CAMPO



NEGOCIAÇÃO Mercadante (E) discutiu a constituição da CPI com Sarney e Renan Calheiros

Arthur Virgílio cobra CPI, que Mercadante não quer instalar agora

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, considerou ontem "irreversível" a comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar as invasões de terras no país.

Mas o líder do governo, Aloizio Mercadante, à saída de reunião com o presidente do Senado, José Sarney, e com o líder do PMDB, Renan Calheiros, disse que a CPI não

deverá ser instalada agora em razão do excesso de matérias que aguardam deliberação. A tensão no campo causou diversos pronunciamentos ontem no Plenário.

Páginas 6 e 7

Sarney instala hoje comissão sobre armas

- Cinco senadores e cinco deputados têm 15 dias para propor substitutivo aos projetos em tramitação

O presidente do Congresso, José Sarney, instala hoje, às 9h30, comissão de cinco senadores e cinco deputados para consolidar os projetos que tratam do porte de armas. Devem estar presentes ao ato o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. A ideia de Sarney é transformar as propostas em um texto comum às duas Casas do Legislativo, para ser votado ainda neste mês, durante o período de convocação extraordinária do Parlamento. "Temos condições de apresentar um substitutivo que seja consenso e resolva esse problema de uma vez por todas", afirmou o presidente do Senado.

Página 3

LEI DO ABATE

Borges exige ação contra tráfico nas fronteiras

A regulamentação da chamada Lei do Abate, que permite à Força Aérea Brasileira abater aeronaves que invadam o espaço nacional, foi cobrada pelo senador.

Página 4

SEGURANÇA NA PAUTA DA CCJ

- Preso pode ter atestado da pena

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa quatro projetos em sua reunião de amanhã, às 10h. Um deles determina que todos os presos recebam, anualmente, atestado informando o restante da pena a cumprir. O objetivo é evitar que detentos que já cumpriram pena continuem presos.

Página 3

- Identificação de policial em ato público

Outra proposta na pauta da CCJ, amanhã, obriga policiais militares ou civis, entre outros agentes públicos de segurança, a se identificar ostensivamente durante passeatas e manifestações públicas. Aloizio Mercadante, autor da proposta, pretende evitar excessos na ação policial.

PROPOSTA

Mozarildo quer Senado opinando sobre reservas

Aprovação de emenda constitucional que submete ao Senado projetos de criação de novas reservas ecológicas e indígenas foi defendida pelo senador.

Página 4

CPI realiza três reuniões na semana

A CPI do Banestado realizará três reuniões nesta semana para detalhar o esquema de utilização de contas CC-5 para evasão de divisas para o exterior, que pode ter alcançado US\$ 30 bilhões.

Durante a primeira reunião, às 10h de hoje, os integrantes da comissão ouvirão técnicos dos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores.

Para amanhã, às 10h, o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), marcou uma reunião administrativa da comissão, quando senadores e deputados vão votar requerimentos, solicitando, inclusive novos depoimentos.

Os parlamentares devem ouvir ainda, nesta quinta-feira, às 10h, técnicos do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e da Receita Federal. Antero já enviou ofícios ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; ao secretário da Receita Federal, Jorge Rachid; e ao presidente interino do Coaf, Marcos Caramuru, solicitando a indicação de técnicos com conhecimento das atividades que podem ter levado à evasão de recursos do Brasil. Até o momento, indícios demonstram que dinheiro obtido por meio de atividades ilícitas como o narcotráfico e a corrupção possa ter sido remetido para fora do país.



Antero preside a CPI que apura remessas ilegais

Roosevelt Pinheiro

Agenda

CAE analisa empréstimos para reforma fiscal



A Comissão de Assuntos Econômicos se reúne hoje às 10h para analisar, entre outros itens, proposta do Poder Executivo que autoriza o país a obter um empréstimo de até US\$ 404 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). A proposição pretende viabilizar a segunda fase da reforma fiscal, e tem como relator o senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

CPI do Banestado ouve técnicos do MJ e do MRE

A CPI que investiga a remessa ilegal de dólares por meio de contas CC-5, principalmente pelo Banestado, realiza a primeira reunião da semana, hoje às 10h. Os parlamentares devem ouvir técnicos do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, para auxiliar nas investigações. Amanhã, a CPI se reúne para a análise de documentos.

Audiência sobre o crime organizado em discussão

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública reúne-se às 18h para discutir requerimentos dos senadores Magno Malta (PL-ES) e Demostenes Torres (PFL-GO), que solicitam audiências públicas para discutir o crime organizado, lavagem de dinheiro e narcotráfico no país.

Especialista americano fala no Senado



Promovida pela embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak, e pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), será realizada, na quinta-feira, a palestra "Exclusão de gerações – uma perspectiva do terceiro setor", com o dr. Peter Goldberg (foto), da Universidade Estadual de Nova York. O evento está marcado para as 18h30 no Auditório Petrônio Portella.

Agenda de Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, e o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, participam hoje da instalação da comissão mista que vai analisar todos os projetos sobre venda e posse de armas. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, estará presente.

CCJ realiza reunião amanhã

Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça de amanhã, às 10h, será votado projeto que garante a detentos informações anuais sobre o total da pena a ser cumprida. Também está na pauta projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que exige a identificação de policiais encarregados de garantir a segurança em manifestações públicas. Ambas as matérias receberam relatório favorável do senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Sessão sem votações

A sessão de hoje no Plenário do Senado, que será iniciada às 14h30, está destinada aos pronunciamentos dos parlamentares. Não haverá votação de matérias.

Concessões de rádio

A Comissão de Educação discute hoje, às 10h30, projetos encaminhados pelo Poder Executivo, que tratam de outorgas e renovações de concessões de serviços de radiodifusão.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Roosevelt Pinheiro

ABUSOS Renan disse que a maioria dos supermercados não expõe preços dos produtos

Renan cobra respeito aos consumidores

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), anunciou que vai convocar o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Krepel Goldberg, para esclarecer o que vem sendo feito para coibir os desrespeitos ao Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), especialmente em relação ao artigo 31, que obriga à exposição clara, precisa e ostensiva sobre preço, qualidade, quantidade, garantia e prazo de validade dos produtos à venda no mercado brasileiro.

O senador prestou ontem homenagem ao primeiro aniversário da lei que instituiu o dia 15 de março como Dia Nacional do Consumidor, a ser comemorado amanhã. Ele fez um histórico da legislação brasileira de defesa do consumidor, desde a inclusão, na Constituição de 1988, dos direitos do consumidor como cláusula pétrea, entre os direitos e garantias individuais do cidadão. Foi editado, em 1990, o Código de Defesa, um dos mais modernos e completos do mundo.

Renan Calheiros, que foi ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso, disse que, até hoje, um dos mais frequentes abusos contra o consumidor são as discrepâncias entre os preços exibidos nas prateleiras e os efetivamente cobrados no caixa, com diferenças de até 15%, sempre contra o comprador. Boa parte dos supermercados, assegura, não cumpre o artigo 31 da lei.

Segundo ele, pesquisa feita quando era ministro demonstrou que 96% da população são favoráveis à exposição do preço do produto, e 85% defendem punição severa aos que teimam em descumprir a lei.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Empréstimo do Banco Mundial na pauta da CAE

Em reconhecimento aos avanços obtidos pelo Brasil no gerenciamento do risco da dívida pública federal e nas medidas adotadas na área de política fiscal, o Banco Mundial colocou à disposição do governo brasileiro um novo crédito de até US\$ 404,04 milhões. O pedido de autorização dessa operação será submetido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne hoje, a partir das 10h.

O parecer do relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), é favorável à contratação do empréstimo, que poderá amparar futuras ações visando, conforme explicação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), às reformas fiscal e tributária. É o segundo financiamento do Banco Mundial voltado para o ajuste do setor público. A exposição de motivos do Ministério da Fazenda esclarece que os recursos passarão a compor as reservas externas do país e poderão ser

utilizados para saldar compromissos externos, permitindo ganho fiscal adicional.

A CAE também examinará prorrogação por mais 300 dias do prazo de autorização concedido ao Banco do Nordeste para obter US\$ 150 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com garantia do Tesouro Nacional. No seu projeto de resolução, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) explica que os recursos financiarão parte do Programa de Expansão de Mercados das Pequenas e Médias Empresas do Nordeste (PEM).

O terceiro e último item da pauta da CAE analisará parecer de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) propondo a rejeição das quatro emendas de Plenário apresentadas por Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, que desregulamenta o setor.



Fernando Bezerra apóia autorização para empréstimo

Crédito para ajuste estrutural

O empréstimo do Banco Mundial ao Brasil, cuja autorização será votada hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), faz parte de um pacote de recursos que a instituição vem liberando ao país para fortalecer as contas externas. A operação, conhecida como "empréstimo de ajuste estrutural", caracteriza-se por ser de rápida liberação, com encargos financeiros relativamente baixos para financiamentos estrangeiros. Além dos US\$ 404,04 milhões que serão votados hoje, o Banco Mundial já liberou para o país outro

empréstimo de US\$ 505,05 milhões, aprovado pelo Senado em março passado. Se o Plenário do Senado aprovar o empréstimo – etapa seguinte à votação na CAE –, os recursos serão depositados em dólares na conta do Tesouro Nacional, compondo as reservas internacionais, e podem ser utilizados no pagamento de compromissos externos da União. O Brasil passou a utilizar os empréstimos de ajuste estrutural a partir de 1998, na esteira da crise russa que afetou seriamente as reservas internacionais do país.

Orçamento decide se cria grupo para avaliar pacto federativo

A proposta de criação de uma subcomissão temporária para examinar o pacto federativo será analisada hoje pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O requerimento, de autoria do deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), prevê que o objetivo central da subcomissão será avaliar as relações fiscais e financeiras entre a União e as unidades da Federação, inclusive em relação às desigualdades regionais. Outro requerimento, do senador Amir Lando (PMDB-RO), convida o

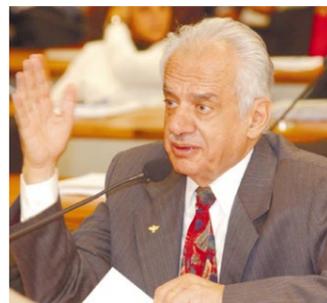
diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, para dar esclarecimentos sobre a redefinição das prioridades da empresa. A comissão está analisando dois projetos de lei de abertura de créditos adicionais alterando investimentos da Petrobras. Além desses, a CMO irá examinar mais 14 itens. Entre eles, está o parecer de César Borges (PFL-BA) favorável a crédito de R\$ 4 milhões para a Justiça Eleitoral.



RELATÓRIO Demostenes Torres apresenta parecer favorável a concessão de atestado a preso



CONTROLE Aloizio Mercadante é autor de projeto que previne violência durante ação policial



REPRESENTAÇÃO Pedro Simon quer identificação de procuradores dos estados

Preso pode ter atestado anual de pena a cumprir

Comissão de Justiça examina projeto que visa garantir liberdade para detento após cumprimento da pena

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza amanhã, às 10h, a segunda reunião da convocação extraordinária para analisar quatro projetos, entre eles o que determina que todos os presos recebam, anualmente, atestado informando o restante da pena a cumprir. O relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), é favorável à matéria.

O objetivo da proposta, já aprovada pela Câmara, é evitar que detentos que já cumpriram a pena continuem presos, situação comum hoje em dia. Com a informação sobre a pena que ainda resta, argumenta o autor do projeto, deputado Ricardo Barros (PP-PR), o detento poderá planejar sua vida quando

retornar ao convívio social. De acordo com o projeto, a não emissão do atestado pode levar à responsabilização da autoridade competente.

A CCJ, presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), também deve votar, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que obriga policiais militares ou civis, entre outros agentes públicos de segurança, a se identificar ostensivamente durante passeatas e outras manifestações públicas. Segundo Mercadante, a medida tem por finalidade evitar excessos na ação policial.

Cabe ainda à CCJ avaliar o projeto de lei que determina que os servidores públicos que respondem judicialmente pelos estados e pelo Distrito Federal sejam intimados pessoalmente para representar as unidades da Federação em juízo. O governo justifica o tratamento especial concedido a pessoas jurídicas de direito público

pelo grande volume de processos que envolvem o poder público e pelo número insuficiente de servidores.

"O poder público é, muitas vezes, flagrado em deserção da defesa dos interesses públicos, especialmente quando a representação é cometida a um conjunto de procuradores. Ora, a intimação por carta registrada haverá sempre de encontrar o procurador responsável pelo processo", analisa o relator na CCJ, Pedro Simon (PMDB-RS), que apresentou substitutivo para incluir a representação judicial também dos Poderes Legislativo e Judiciário.

O último item da pauta é o projeto de lei de Mercadante que obriga os órgãos competentes a publicar as informações sobre licenciamento ambiental na Internet. O relator, Luiz Otávio (PMDB-PA), é favorável, com emenda à matéria, que tramita terminativamente na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Sarney instala comissão sobre armas de fogo

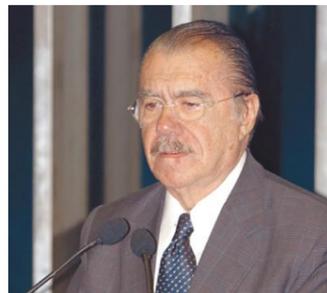
Com a presença do presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, e do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o presidente do Senado, José Sarney, instala, hoje, às 9h30, comissão de cinco senadores e cinco deputados para consolidar os projetos que tratam do porte de armas.

Integrarão a comissão os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Tasso Jereissati (PFL-CE), Aloizio Mercadante (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR). Pela Câmara, participarão os deputados Luiz Eduardo Greenhalg

(PT-SP), Michel Temer (PMDB-SP), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Carlos Aleluia (PFL-BA).

De acordo com o ato assinado, esses parlamentares terão o prazo de 15 dias para consolidar os projetos sobre porte de armas. A idéia de Sarney é transformar esses textos num substitutivo comum às duas Casas do Legislativo, para ser votado ainda neste mês, durante o período de convocação extraordinária do Parlamento.

A comissão mista tentará encontrar um texto intermediário



CONSENSO Sarney espera que substitutivo resolva conflito entre propostas sobre armas

aos projetos que tramitam nas duas Casas do Congresso, entre os quais há propostas que proíbem a venda de armas e outras que mantêm o comércio liberado.

– Temos condições de apresentar um substitutivo que seja consenso e resolva esse problema – afirmou Sarney.

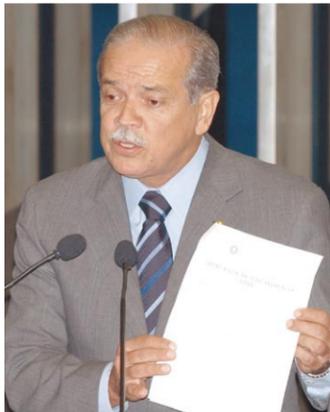
César Borges quer Lei do Abate regulamentada

■ Aeronaves que invadam ilegalmente espaço aéreo nacional devem ser derrubadas, afirma senador

O senador César Borges (PFL-BA) defendeu ontem a regulamentação da chamada Lei do Abate, que permite à Força Aérea Brasileira (FAB) abater aeronaves que invadam ilegalmente o espaço aéreo nacional. Segundo ele, a medida permitiria um combate mais efetivo ao crime organizado, impedindo que contrabandistas de armas e traficantes de drogas transpusessem facilmente as fronteiras brasileiras.

– Não é preciso esperar mais nem ter pudores para assumir que o crime organizado hoje é uma ameaça ao estado de direito e como tal deve ser tratado. A incapacidade do governo brasileiro em fechar as fronteiras ao tráfico de armas e de drogas é um fato histórico. A sofisticação do crime, no seu financiamento e no seu armamento, aproveitou-se dessa fragilidade e se fortaleceu – afirmou.

César Borges lembrou que o governo Fernando Henrique criou o Plano de Segurança Na-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

RISCO César Borges adverte que crime organizado hoje é uma ameaça ao estado de direito

cional, reagindo aos primeiros desafios lançados pelo crime, e alguns resultados foram alcançados, como o reequipamento das polícias estaduais.

– Isso, entretanto, não foi suficiente. Hoje, o crime afronta o direito de ir e vir e afeta direitos constitucionais básicos da população. O momento da intervenção é agora, com a presença das Forças Armadas nas fronteiras, nos portos e no ar – assinalou.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse, em aparte, que a Amazônia tem fronteiras completamente desguarnecidas, por não contar com a presença adequada da Polícia Federal e do Exército. E onde há

guarnições, os soldados estão em condições subumanas, ressaltou.

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) relatou que esteve no Rio de Janeiro, no último fim de semana, e ficou preso em engarrafamento na Avenida Brasil devido a um tiroteio numa favela próxima. Ele ressaltou a importância de se encontrar saídas para a questão da violência a partir do envolvimento de todos, como num mutirão.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) lembrou que Mato Grosso tem 700 quilômetros de fronteira seca, acrescentando que “por ali entra tudo”. Ela disse que percorreu a região de fronteira, encontrando dezenas de pistas de pouso clandestinas, e concordou com a convocação emergencial das Forças Armadas, com a ressalva de que é preciso, numa situação normal, fortalecer as instituições competentes para o combate ao crime.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) observou que o Brasil não vai cuidar do seu espaço aéreo sem poder abater aviões invasores. Para ele, o país só terá uma resposta à acusação de que não cuida das fronteiras quando for regulamentada a Lei do Abate.

Norma enfrenta oposição dos Estados Unidos

Sancionada em 1998 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei do Abate (nº 9.614) ainda não foi regulamentada pelo Poder Executivo. Dois motivos respondem por isso. Primeiro, o Brasil é signatário de uma convenção mundial que proíbe a derrubada de aviões civis.

O segundo motivo é a oposição dos Estados Unidos, cuja legislação

veda a exportação de equipamentos de vigilância aérea para países que têm leis como a 9.614. A proibição é automática: caso a Lei do Abate seja regulamentada, o Brasil estará imediatamente impossibilitado de comprar equipamentos para, por exemplo, o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que usa tecnologia norte-americana. Para ficar livre da proibição, o Brasil teria que

receber um tratamento diferenciado, cuja decisão depende do presidente George W. Bush.

A Lei do Abate autoriza os pilotos da FAB a derrubar aviões que estejam transportando contrabando ou drogas, ou executando ações lesivas ao interesse nacional. Atualmente, ao interceptar aviões suspeitos, os pilotos não têm permissão para atirar.

Jereissati faz palestra em Londres

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realiza hoje, em Londres, um encontro para debater o tema “Segurança e Convivência Cidadã na América Latina e no Caribe”. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente da Subcomissão de Segurança Pública do Senado, representa o Brasil e falará sobre alternativas de combate à violência. O evento ocorre na *Canning House*, centro de estu-

dos, relações culturais e comerciais com a América Latina.

Serão discutidos ainda os seguintes temas: “Os Programas de Segurança e Cidadania na América Latina e no Caribe: A experiência do BID”, “Crime Organizado, Narcotráfico e Lavagem de Dinheiro” e “Violência Social e Segurança Cidadã”.

No final, haverá mesa-redonda sobre cooperação em matéria de segurança cidadã.



SEGURANÇA Tasso Jereissati fala sobre alternativas de combate à violência

Viana diz que governo apóia Forças Armadas

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), contestou críticas de parlamentares a suposta falta de sensibilidade do governo Luiz Inácio Lula da Silva para com os problemas de falta de dinheiro enfrentados pelas Forças Armadas. Ele anunciou dois projetos assinados pelo presidente abrindo créditos suplementares totais de R\$ 249,5 milhões para a área militar.

Tião Viana lembrou ainda que o governo aceitou que o Congresso incluísse na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2004 um artigo impedindo o contingenciamento de verbas para o custeio das Forças Armadas – alimentação, fardamento e assistência médico-odontológica. Outras áreas que estarão livres de contingenciamento são saúde, educação e as-



SEM CORTES Tião Viana lembra que em 2004 verbas não serão contingenciadas

sistência social.

– Isso dá um basta a qualquer crítica sobre uma eventual falta de sensibilidade do governo Lula para com as Forças Armadas. A ação do presidente contrasta com a atuação do governo nos últimos anos, quando as Forças Armadas viviam em extrema ansiedade por causa dos cortes – sustentou.

Mozarildo: Senado deve opinar sobre reservas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou ontem que o Senado tem que “controlar a proliferação de reservas ecológicas e indígenas”, mudando a atual legislação, pela qual “o Executivo decide tudo e os estados não podem reclamar”. Ele defendeu a aprovação de emenda constitucional de sua autoria que submete à votação do Senado projetos de criação de novas reservas.

– Alguma coisa nesses processos de criação de reservas ecológicas e indígenas não deve estar certo, tal a guerrilha que as ONGs vêm fazendo contra o meu projeto. Essas ONGs têm um poder muito grande no país. Certamente elas perceberam que o Senado poderá ferir seus interesses – comentou.

O projeto de Mozarildo encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, conforme informou, os senadores vêm recebendo “uma verdadeira enxurrada de mensagens, por carta ou pela Internet, pressionando contra a aprovação da proposta”. Além de submeter à votação do Senado qualquer nova reserva, o projeto limita a 50% de um estado a soma das áreas de reservas indígenas e florestais.

O senador voltou a denunciar a criação de reservas na faixa de fronteira do Brasil com outros países, “uma situação peri-



IMPOSIÇÃO Segundo Mozarildo, “o Executivo decide tudo e os estados não podem reclamar”

gosa para a soberania nacional”. Ele informou que em Boa Vista (RR) há um movimento contra até mesmo a instalação de um quartel do Exército na fronteira, sob o argumento de que se trata de uma reserva.

– As ONGs só se interessam pelas terras. Já a imprensa trata os índios como sendo pessoas incapazes, que vivem no mesmo estágio antropológico da época da descoberta do Brasil. Em Boa Vista, a história é diferente. Lá, eles são plantadores de verduras que abastecem a cidade, têm caminhões e tratores – salientou.

Mozarildo ponderou que as reservas indígenas já somam 12% do território brasileiro, mas o número de índios não passa de 0,5% da população.

– Em nenhum outro país os indígenas têm tanta terra – disse o senador.

Suplicy: Lula lutará para Rio ter olimpíadas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou no final da sessão plenária de ontem que o presidente Lula da Silva lutará para que a cidade do Rio de Janeiro seja a sede dos Jogos Olímpicos de 2012. O Comitê Olímpico Internacional (COI) decidirá em 2005 qual cidade sediará o evento. Nova York, Londres, Paris, Moscou, Madri, Leipzig, Istambul e Havana também estão concorrendo. O Rio, que será a sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, terá de promover investimentos de US\$ 4,7 bilhões, caso seja escolhido para sediar os Jogos Olímpicos. Suplicy esteve presente ontem de manhã à assembleia do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), no Rio, quando as cidades do Rio e de São Paulo disputaram a indicação do COB. O Rio venceu por 23 votos a 10. A assembleia contou com a participação da prefeita e do governador de São Paulo, Marta Suplicy e Geraldo Alkmin, e do prefeito e da governadora do Rio, César Maia (PFL) e Rosinha Matheus (PSB). – Agora, deve prevalecer a união das duas cidades para que o Brasil consiga trazer os jogos.

Duciomar quer compensar dano ambiental

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai analisar projeto do senador Duciomar Costa (PTB-PA) que estabelece a restituição parcial – às empresas



Duciomar: "Justa compensação" pelos prejuízos

que industrializarem o minério extraído na mesma região onde se situa a lavra – dos valores da compensação financeira paga pelas mineradoras aos municípios. Segundo o parlamentar, os incentivos são a alternativa "mais razoável" para estabelecer o compromisso socioambiental entre empresas e municípios.

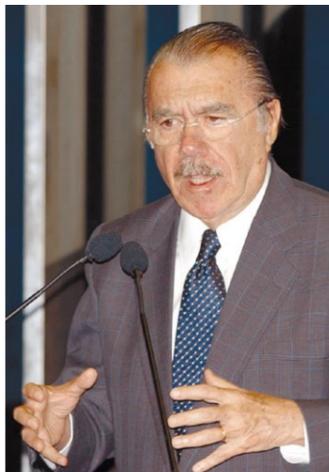
Para Duciomar, a transformação dos minerais pelas indústrias exploradoras é uma "compensação justa" que a empresa pode oferecer à sociedade local, que arca com os problemas socioambientais.

Sarney elogia Lula por reativar Sudam e Sudene

Senador lembra que criticou extinção dos órgãos de fomento regional durante o governo FHC

Em discurso no Plenário, o presidente do Senado, José Sarney, elogiou ontem o governo pela reestruturação das Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam), compromissos do presidente Lula da Silva que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, está prestes a cumprir. Ele considerou um equívoco a extinção desses dois organismos no governo passado.

– Protestei contra a extinção da Sudene e da Sudam, anunciadas como uma medida de moralidade. Se havia distorções, elas não ocorriam somente na Sudene e na Sudam. Elas ocorriam no turismo, no reflorestamento, na pesquisa científica, na informática, no esporte, na exportação. É necessária



CAMINHO Para Sarney, Brasil precisa reduzir desigualdades entre as regiões e as pessoas

a apuração de todas as fraudes, desvios e apropriações criminosas, a avaliação do modelo e o exame de toda a legislação e, para isto, de nada adiantou acabar com os órgãos – observou.

Na opinião de Sarney, o grande problema brasileiro que precisa ser urgentemente enfrentado é a concentração de renda, entre pessoas e regiões, que cresce a cada dia. Ele mencio-

nou estudos sobre a década de 90, reveladores de que nunca esse processo foi tão veloz.

Desenvolvimento

O presidente do Senado também sublinhou que o país sempre encarou os problemas do Nordeste e da Amazônia como problemas regionais, quando para Sarney eles são nacionais. Depois de sustentar que o segredo de desenvolvimento dos Estados Unidos foi sua expansão e democratização, o senador afirmou que, no Brasil, quando se falou em criar pólos de desenvolvimento fora do Centro-Sul, a reação sempre foi brutal.

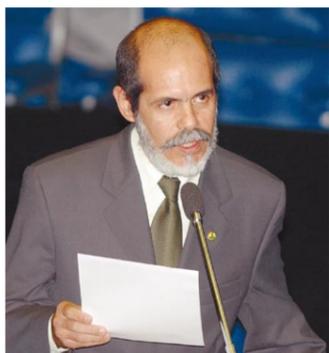
– Até hoje não conseguimos descentralizar o desenvolvimento. Quando se pensou na Ferrovia Norte-Sul foi um deus-nos-acuda. Juscelino, ao abrir a Belém-Brasília, uma estrada tecnicamente franciscana, foi combatido como o construtor da "estrada das onças" – disse.

Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e Mão Santa (PMDB-PI) apartearam Sarney para elogiar o discurso.

Mesquita Júnior anuncia construção de uma ponte ligando o Acre à Bolívia

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) registrou que, na última quinta-feira, participou, no município de Brasiléia (AC), na fronteira com a Bolívia, da solenidade de entrega, pelo governador do Acre, Jorge Viana (PT), ao prefeito de Cobija (Bolívia), Jorge Rojas, da maquete de uma ponte que será construída pelo governo brasileiro sobre o Rio Acre.

A ponte sobre o Rio Acre, que ligará Brasiléia a Cobija, ao custo de R\$ 7 milhões, terá recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e uma contrapartida de 20% do governo acreano. Mesquita Júnior acrescentou que a obra deverá estar concluída em 12 meses. Hoje, a ligação entre



OBJETIVO Acre quer atrair investimentos da Bolívia e do Peru, disse Mesquita Júnior

os dois municípios é feita através de catraias (pequenos barcos, comuns na Amazônia).

– A construção de uma ponte na região obedece a uma ouzada estratégia econômica do

governo do Acre. Depois de ter, com ajuda do governo federal na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, conseguido pavimentar os 110 quilômetros da chamada Estrada do Pacífico, que liga Brasiléia até Assis Brasil, na fronteira com o Peru, o governo Jorge Viana quer ir mais longe – afirmou.

Segundo o senador Geraldo Mesquita Júnior, a intenção do governador do Acre é atrair investimentos da Bolívia e do Peru, além de melhorar as relações comerciais e de turismo com os dois países. Ele destacou que a solenidade de entrega da maquete fez parte das comemorações dos 93 anos de fundação de Brasiléia.

Sérgio Guerra destaca queda nas vendas em SP

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) registrou reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo* do dia 15 de junho sobre o desaquecimento do comércio em São Paulo. Para o parlamentar, o texto retrata muito bem os efeitos da crise provocada pela política econômica do atual governo.

O jornal noticia que, segundo pesquisa do Departamento de Economia da Fecomércio de São Paulo, oito em cada dez paulistanos com renda superior a 20 salários mínimos (R\$ 4.800), ou 78,7% dos consumidores, não pretendem efetivamente comprar nada nos próximos dois meses.



DEFESA Critérios técnicos devem se sobrepor aos políticos, acredita Garibaldi Alves Filho

Refinaria deve ser no Nordeste, diz Garibaldi

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) reivindica a instalação da nova refinaria de petróleo da Petrobras no Nordeste, de preferência no Rio Grande do Norte. O estado estaria sendo prejudicado por ter de exportar o petróleo que produz para outras unidades da Federação e, em seguida, importar os derivados que consome, como os estados vizinhos não produtores de petróleo.

Garibaldi cita estudo do mestre em gestão de política energética e consultor da área petrolífera Jean-Paul Prates, em que ele afirma ser o Rio Grande do Norte o melhor candidato para a nova refinaria. O estado não é apenas produtor, mas também está a meio caminho de todos os mercados consumidores importantes na Região Nordeste e dispõe, ainda, de situação privilegiada em relação ao envio de produtos para o exterior.

Segundo Garibaldi, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) constatou que haverá em 2010, no Nordeste, um déficit de produção de derivados da ordem de 170 mil barris/dia, colocando a capacidade ideal dessa nova refinaria entre 150 e 200 mil barris/dia. Ele disse que os critérios técnicos precisam se sobrepor aos políticos.

Em apartes, os senadores César Borges e Rodolpho Tourinho, ambos do PFL da Bahia, defenderam a necessidade da nova refinaria se situar no Nordeste, argumentando haver, na região, produção de petróleo, portos de águas profundas e mercado consumidor.

Garibaldi prestou, também, homenagem aos 80 anos do político nordestino Thales Ramalho. Em apartes, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Marco Maciel (PFL-PE) se associaram à homenagem.



ENXUGAMENTO Raupp citou dados mostrando que INSS teve redução de 12 mil servidores

Raupp defende contratações para o INSS

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a contratação de servidores para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o fortalecimento das unidades descentralizadas da instituição. Ele observou que a atual estrutura administrativa do órgão, aprovada por decreto em abril deste ano, reduziu unidades, cargos e funções, sobretudo nas representações estaduais e agências.

O INSS, segundo o senador, vem sofrendo um enxugamento em sua máquina administrativa desde 1992, o que causou uma piora no atendimento. Segundo dados do Ministério da Previdência Social citados por Raupp, nos últimos oito anos o INSS teve redução de 12 mil servidores, o que corresponde a 20% da sua força de trabalho.

– O cenário é ainda mais preocupante nessa nova estrutura do INSS. Segundo estudos da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social, a reestruturação provocou a redução em quase mil unidades do sistema, sendo 90% desse enxugamento em nível estadual – afirmou.

Amazônia

O senador também fez um apelo ao presidente Lula e à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, no sentido de que o governo não permita que organizações não-governamentais estrangeiras definam a política de meio ambiente no Brasil. Outros países, disse o senador, não podem dizer ao Brasil que 40 milhões de brasileiros não têm direito a usar a terra para o sustento de suas famílias.

De acordo com Valdir Raupp, os estados da Amazônia que mais desmataram não chegaram a derrubar mais de 30% do seu território. O Amazonas, exemplificou, mantém intactos 98% de sua floresta.

TENSÃO NO CAMPO

Possibilidade de conflitos entre sem-terra e proprietários motiva vários pronunciamentos

Agripino questiona teor da conversa entre Lula e MST

Silêncio sobre o que foi tratado pelo presidente com os líderes do movimento preocupa senador

O senador José Agripino (PFL-RN) cobrou ontem o teor da conversa entre os representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em audiência realizada na última quarta-feira, no Palácio do Planalto. Agripino assinalou que não houve divulgação dessa conversa.

– Será que o espetáculo do crescimento foi anunciado a eles e não tomamos conhecimento? – perguntou.

Agripino disse que esteve em Cuiabá e Dourados, em Mato Grosso, participando de reuniões partidárias, e em encon-



MENSAGEM Para José Agripino, encontro de Lula com MST pode indicar anistia de ações ilegais

tro com pequenos, médios e grandes agropecuaristas do estado foi manifestada preocupação com a mensagem percebida nas imagens do presidente vestindo o boné do MST, brincando com a bola e colocando um biscoito na boca de um

sem-terra. Segundo ele, o gesto do presidente passou a mensagem de tolerância do governo ou que estariam sendo anistiadas as ações ilegais do MST.

O senador lembrou que, durante a campanha eleitoral, Lula prometeu criar 10 milhões de empregos, e agora terá que criar mais 600 mil, que é o número de novos desempregados em seis meses de governo. Ele também se referiu a notícias sobre alistamento de moradores de cidades para se instalar em acampamentos do MST.

– O Brasil demorou muito a chegar a um estado de direito e quer a lei – afirmou.

Agripino ainda renovou apelo para que a reforma política entre na pauta da convocação extraordinária. Ele informou que conseguiu o número de assinaturas para a apresentação do requerimento nesse sentido, mas ainda depende de concordância da Câmara.

Objetivo é a pacificação, diz Saturnino

Em nome da liderança do governo, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que a ação do presidente Lula, ao receber os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, foi na verdade uma tentativa de “distensionar” a situação no campo. Saturnino respondeu ao discurso do líder do PFL, José Agripino, que manifestou preocupação com as relações entre governo e MST.

– A tensão no campo, no Brasil, não é um fenômeno novo. Desde a deposição do presidente João Goulart, em 1964, a reforma agrária é uma bandeira de luta e um foco de tensão social permanente – frisou.

Segundo ele, nos últimos dias

ocorreu realmente um “recrudescimento”, mas em tempos recentes houve um paroxismo que levou a massacres de trabalhadores rurais, que “dengraram a imagem brasileira”.

O senador disse que a eleição reduziu a tensão no campo, graças ao compromisso de Lula com a reforma agrária e à confiança depositada nele pelos sem-terra. No entanto, observou, o governo foi obrigado a adotar uma política econômica restritiva devido às condições em que encontrou o país.

– Por isso, diante do descompasso entre a expectativa dos trabalhadores e a realidade do país, houve uma volta da tensão no campo. O que o presi-



PROBLEMA ANTIGO Roberto Saturnino lembra que tensão no campo não é fenômeno novo

dente Lula fez, ao receber os líderes do MST, foi na verdade produzir distensão, e o fez muito bem. Tudo será feito com respeito à lei – garantiu.



HORA DE AGIR Osmar diz que governo deve assumir o controle da situação no campo

Osmar vê clima de terror na área agrícola

O senador Osmar Dias (PDT-PR) disse que está na hora de o governo assumir o controle da situação no campo, porque o clima é de terror em toda a região agrícola. De janeiro até agora, informou, o número de famílias acampadas em propriedade particular subiu de 4 mil para 13 mil, “não por culpa do governo que aí está, mas por uma culpa histórica do país”.

Ele afirmou que o governo foi irresponsável ao prometer assentar um milhão de famílias até 2006 e 120 mil famílias este ano, números que, salientou, “são inteiramente impossíveis de cumprir tecnicamente”.

– A confusão está criada, e contou com a contribuição de declarações irresponsáveis de membros do governo. Eu me refiro ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, que prometeu assentar todas as famílias acampadas até o final do governo – frisou.

Outra declaração considerada absurda por Osmar é a que aponta como “bandoleiros” os que defendem a propriedade.

– Não defendo que o caminho seja o da via armada e da contratação de jagunços, mas o direito à propriedade, à produção, ao trabalho está sendo violentado no país – destacou.

Suplicy: movimento não deve ser demonizado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra “não seja demonizado” na CPI do Senado que deverá apurar invasões de fazendas no país. Ele disse que a importância social do MST não pode deixar de ser reconhecida, lembrando que o economista e ex-ministro

Celso Furtado qualificou o movimento como um “dos mais importantes da história brasileira”.

– A CPI inclusive é uma oportunidade para que o Senado venha a ser o lugar de discussão de uma reforma agrária pacífica – sustentou.

Eduardo Suplicy minimizou a importância do uso do boné do MST pelo presidente Lula, em reunião

com integrantes do movimento, na semana passada. Disse que o presidente “foi amável com o MST como foi com banqueiros e empresários, ao visitar a Febraban, a Bovespa e a Confederação Nacional da Indústria”. O senador salientou ainda que o uso do boné não significa que o presidente “esteja a aplaudir algum exagero do MST”.



SEM APLAUSO Suplicy afirma que uso de boné não significa apoio a algum exagero do MST

TENSÃO NO CAMPO

Líder do PSDB aceita maior abrangência da investigação e líder do governo informa que comissão não pode ser instalada logo devido à extensa pauta



SUSTENTO Leomar Quintanilha cobra rapidez no assentamento dos trabalhadores rurais

Quintanilha pede ação dos três Poderes

A intensificação de invasões e saques por parte dos trabalhadores rurais sem terra mostra que é preciso avaliar com urgência a eficácia da política fundiária do governo federal, afirmou, em discurso na tribuna, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO). O parlamentar considerou que a solução para os conflitos no campo exige uma ação conjunta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Nos últimos dias, conforme o senador, 90 lavradores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desviaram quatro caminhões de uma rodovia em Pernambuco, fizeram reféns e saquearam um veículo. Os sem-terra alegaram que agiram dessa forma porque o governo não teria entregue as 1.500 cestas básicas prometidas no âmbito do programa Fome Zero.

Para Quintanilha, os responsáveis por essas ações devem ser apontados e punidos.

– Não se trata de discutir a legitimidade do movimento dos trabalhadores sem terra, pois num ambiente democrático como o nosso é natural que os diversos segmentos sociais se organizem e reivindiquem os seus direitos. Entretanto, os ânimos no campo estão exaltados e o governo federal é quase sempre refém da intransigência do movimento.

Quintanilha denunciou que há pessoas estranhas infiltradas no MST com finalidades diferentes das do movimento e disse ser necessário acelerar o assentamento dos que realmente querem tirar do campo o seu sustento.

CPI sobre invasão de terra é irreversível, diz Virgílio

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que tem o objetivo de apurar a questão da reforma agrária e, especialmente, as invasões de terras é irreversível, afirmou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). Ele concorda que a comissão tenha maior abrangência e investigue, também, os produtores rurais que estão se armando para defender propriedades, como quer o líder do governo na Casa, Aloizio Mercadante (PT-SP).

– O líder Aloizio Mercadante, segundo notícia a imprensa, se manifestou disposto a impedir o funcionamento da CPI da Terra. A alegação seria de que o justo seria investigar tanto o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) quanto a corrida armamentista que tem sido levada a efeito pelos produtores rurais. Se é apenas esse o motivo, ele pode começar a escolher os nomes dos seus liderados que comporão a CPI – disse Virgílio.



REAÇÃO Arthur Virgílio admite investigar proprietários que se armam para defender imóveis

Matérias publicadas nos últimos dias pela imprensa, sobre a tensão no campo, foram citadas pelo senador amazonense para ressaltar a importância da instalação da CPI. Uma delas, de autoria do jornalista Josias de Souza, publicada pelo jornal

Folha de S. Paulo, sustenta que "o problema do MST não está no boné, mas no bolso". Arthur Virgílio informou que ele próprio recebeu denúncias de indícios de extorsão a assentados praticada pelo MST.

A repercussão do episódio do boné do MST usado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante audiência com integrantes do movimento, foi destacada por Virgílio. Ele leu trecho de artigo do jornalista Elio Gaspari, também publicado na *Folha*, que aconselha Lula a seguir o exemplo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que não atendeu pedido do líder do MST, João Pedro Stédile, de estender a bandeira do movimento na sala da Presidência da República.

"Não, João Pedro. Aqui só se estende a Bandeira brasileira, quando eu autorizo", teria dito o então presidente Fernando Henrique, segundo destacou Arthur Virgílio.

Para Mercadante, pauta impede que comissão inicie trabalhos agora

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AC), reuniu-se ontem com os líderes do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do PMDB, Renan Calheiros (AL), para discutir, entre outros assuntos, a CPI do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que não deverá ser instalada agora em razão do excesso de matérias que aguardam deliberação. No entender de Mercadante, "simplesmente, montar uma CPI para tratar de um movimento social específico não vai contribuir em nada para resolver a crise no campo".

À saída da reunião, o líder do governo disse que o Senado vai ter uma pauta sobrecarregada nessa convocação, o que impede que a CPI seja instalada logo. De acordo com o líder, se for para fazer uma análise da violência no campo, aprofundar soluções para a reforma agrária, definir mecanismos para evitar grilagem, viabilizar as-

sentamentos e contribuir para uma solução positiva desse conflito, é evidente que o governo quer se debruçar sobre o assunto, mas não há tempo para isso agora.

Indagado sobre a criação do conselho político anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que seria uma forma de trazer o PMDB para o governo, ele respondeu que esse colegiado é um espaço muito importante e deve ser implementado o mais breve possível. Disse também que será importante ter o PMDB ajudando a formular as políticas públicas do governo Lula.

Já Renan Calheiros afirmou, ao deixar a reunião, que é preciso aproveitar a convocação extraordinária para votar os projetos que restringem a venda e o uso de armas no Brasil. Referindo-se à comissão mista que vai analisar os projetos que restringem o porte de arma, o líder disse que, se não for obti-



ARGUMENTO Para Mercadante, CPI não vai contribuir na solução da crise no campo

do consenso até o dia 22, serão votados os projetos que estão tramitando no Senado.

Renan reconheceu que não é fácil obter o consenso nos projetos sobre desarmamento, já que se trata de uma matéria polêmica, que divide opiniões.

Borges adverte que a questão preocupa país

A questão do campo "não é assunto sério, mas gravíssimo", alertou ontem o senador César Borges (PFL-BA). Ele afirmou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou o encontro com os dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na semana passada, para fazer "apenas pirotecnia", o que não contribuiu para levar a paz ao campo.

– Na verdade, o país inteiro está devidamente preocupado com a situação do campo, que foi levada a um nível insuportável pelo MST. A reunião do presidente com os dirigentes do movimento não resultou em nenhum acordo para suspender ações de ocupação de propriedades, que contrariam a lei e o estado de direito – afirmou.

Para César Borges, o atual governo, que adotou a questão social como a principal meta, está demonstrando menos eficiência do que o anterior, que, "bem ou mal assentou milhares de pessoas". Ele observou que, após seis meses, o governo Lula assentou apenas 4 mil famílias de agricultores, e promete assentar 60 mil no segundo semestre, apesar de faltarem recursos orçamentários para alcançar esse nível. O parlamentar leu artigo do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) publicado na edição de ontem do jornal *O Globo*, no qual o ex-presidente do Senado alerta a sociedade para os riscos de um conflito agrário de grandes proporções, em consequência da atitude tolerante do governo em relação às ações do MST. Borges pediu a incorporação do artigo de Tebet no pronunciamento, "pela justeza de suas palavras".

Azeredo quer preservar as leis estaduais de incentivo à cultura

Senador pede união de artistas para evitar que apoio seja extinto pela reforma tributária

Ao discursar em homenagem ao centenário do nascimento do escritor mineiro Pedro Nava, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) fez um apelo para a manutenção das leis estaduais de incentivo à cultura, que o projeto de reforma tributária em tramitação no Congresso poderá extinguir, apesar de seu valor total estar limitado a 0,3% da arrecadação anual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Segundo Azeredo, as leis estaduais de cultura são democráticas e não podem ser extin-



HOMENAGEM Azeredo destacou o centenário de nascimento do escritor mineiro Pedro Nava

tas porque representam instrumentos de amparo para produção cultural, tais como livros, filmes, *shows*, espetáculos teatrais, pesquisas históricas e projetos de preservação da me-

mória. Somente em Minas Gerais, durante seu governo, afirmou o senador, foram aplicados R\$ 61 milhões.

Azeredo conclamou os artistas de todas as áreas no Brasil, especialmente aqueles que emprestaram suas imagens públicas na busca de votos para o PT, a se unirem num esforço de resistência para preservação das leis estaduais de incentivo à cultura que já existem em 13 estados e estão em fase de implantação em outros três.

O senador manifestou sua satisfação diante dos diversos eventos literários que estão programados no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, destinados a esmiuçar a impressionante obra literária de Pedro Nava, bem como a divulgar a rica biografia desse autor

da língua portuguesa. Segundo Azeredo, Nava pode ser comparado ao escritor francês Marcel Proust.

– Ele contou sua fecunda vida, recompôs a de seus pais, avós e ascendentes. Nas páginas de seus livros, pode-se fazer uma viagem de magia e encantamento do Rio de Janeiro para Minas e de lá para o Maranhão e o Ceará – destacou.

Eduardo Azeredo explicou que, ao compor essas páginas de memórias, Nava ergueu um precioso mural da sociedade brasileira, desde o Primeiro Império, em que entram sociologia, psicologia, política, cultura, antropologia e folclore.

– Em sua busca do tempo perdido, na verdade, Pedro Nava encontrou a alma do povo brasileiro – concluiu.



CRISE Marco Maciel alerta para grave situação financeira e administrativa do instituto

Maciel pede que governo fortaleça o Inpi

O senador Marco Maciel (PFL-PE) fez ontem apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, no sentido de que sejam adotadas as providências necessárias ao fortalecimento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi). O instituto passa por grave crise administrativo-financeira, disse ele, citando matéria publicada no jornal *Valor Econômico* segundo a qual o escritório responsável pelo registro de marcas e patentes, considerado peça-chave para a disseminação de novas tecnologias, "está à beira da ruína".

– A inserção competitiva do Brasil na economia globalizada não pode prescindir de instituições capazes de proteger os frutos do trabalho intelectual, sejam científico-tecnológico e cultural-artístico, pois neles reside fonte de riqueza e bem-estar na sociedade de conhecimento e informação de nossos dias – afirmou o senador.

Avanços

Marco Maciel reconheceu que o Brasil, além de ter assinado o Acordo Internacional sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Relacionada ao Comércio (Trips), da Organização Mundial do Comércio, possui hoje modernos instrumentos legais sobre marcas e patentes, como a Lei nº 9.279, de 1996.

No entanto, disse, o país precisa valorizar a propriedade intelectual. E adverte que, muitas vezes, os empresários pagam *royalty* à empresa sediada no exterior para usar tecnologia gerada no país, mas patenteada por empresa estrangeira.

Mão Santa reivindica a continuidade do Prodetur

No mesmo pronunciamento em que convidou todos a visitarem o Piauí, o senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ontem que o governo federal lance a segunda etapa do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur). O parlamentar afirmou que "o povo brasileiro quer resultados" e que o programa possibilitará a continuidade do progresso do turismo nordestino.

O Prodetur, disse Mão Santa, foi uma feliz iniciativa do governo anterior, que fez crescer muito o turismo na região. Lembrando que os governadores tiveram liberdade



Turismo nordestino avançou com programa, diz Mão Santa

na utilização dos recursos, Mão Santa ressaltou que ele, à frente do estado do Piauí, usou o dinheiro para a construção de estradas.

O senador lembrou que o turismo no Nordeste começou na Bahia e foi irradiando-se para outros estados, tendo agora chegado a hora do Piauí. Mas ao mesmo tempo, ponderou, os polos turísticos tradicionais,

como o Rio de Janeiro, foram decaindo, devido à violência.

– No passado, era impossível se visitar o Rio de Janeiro no carnaval sem antes ter reserva. Agora, diante da violência, pode-se ir terça-feira de carnaval e estará franqueada mais da metade da rede hoteleira – observou o parlamentar, opinando que a vocação turística do Nordeste pode suprir essa lacuna.

O senador enalteceu a paisagem natural do Delta do Rio Parnaíba, parcialmente localizado nos 66 quilômetros de litoral piauiense, que, explicou, foi recebido do estado do Ceará em troca da cidade de Crateús.

Em aparte, o senador César Borges (PFL-BA) afirmou que o turismo é um grande segmento de geração de emprego e renda na Bahia e que o primeiro Prodetur destinou US\$ 400 milhões para os estados nordestinos. O programa foi fruto de parceria entre União, estados e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Paim destaca ação afirmativa do Itamaraty

O senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou o Ministério das Relações Exteriores "pela forma com que tem defendido as ações afirmativas via Instituto Rio Branco". Em comunicação inadiável ontem, o parlamentar destacou as ações afirmativas colocadas em prática no concurso de admissão para a carreira de diplomata.

Segundo o senador, cerca de 1.700 candidatos concorreram à primeira etapa de seleção, havendo 20 bolsas-prêmio destinadas a candidatos oriundos da comunidade negra.

O representante gaúcho disse ter "grande esperança" de que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, possa vir a indicar o primeiro embaixador negro da história do país, como já fez ao indicar o primeiro ministro negro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Paim parabenizou o ministro Celso Amorim pelo "brilhante trabalho que está fazendo nessa área, incentivando que afro-brasileiros



AVANÇO Paim espera que presidente Lula indique primeiro embaixador negro

estejam também no Instituto Rio Branco".

Providência

O senador comunicou a apresentação de projeto que permitirá que trabalhadores do setor informal da economia possam contribuir para a Previdência Social com 50% do que hoje paga um trabalhador autônomo. Segundo Paim, são 40 milhões de trabalhadores na informalidade hoje no Brasil.

O projeto, informou o parlamentar, também diminui os encargos sobre a folha de pagamento, determinando que a contribuição se faça sobre o faturamento. O senador propôs ainda contribuições para os grupos de pensões privadas e para novas modalidades de jogos que venham a ser regulamentadas.